

Análise das condições organizadas em uma escola para promover a inclusão de alunos surdos

Kátia Tavares Merselian
& Celia Regina Vitaliano

Resumo

O processo de inclusão de alunos surdos é um tema polêmico, em vista da falta de condições da maioria das escolas para atender as necessidades educacionais especiais de tais alunos e a importância da convivência entre surdos para favorecer a construção de sua identidade. O presente artigo tem como objetivo analisar as condições organizadas por uma escola para promover a inclusão de alunos surdos nos anos iniciais do ensino fundamental. A escola pesquisada continha 11 alunos surdos matriculados no ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e participação da pesquisadora em diversos contextos da escola. Os resultados evidenciaram que, desde a entrada dos alunos surdos, a escola se preocupou em propiciar um ambiente bilíngue para alunos surdos e ouvintes, em adquirir e confeccionar materiais pedagógicos adequados ao processo de aprendizagem deles e em oferecer formação a seus professores e equipe gestora sobre o processo de inclusão de alunos surdos e a Libras. Além disso, foi implantada uma disciplina de Libras no currículo para todos os alunos e disponibilizados professores de apoio com domínio em Libras para auxiliar os alunos surdos em seu processo de aprendizagem em sala de aula. Verificamos que a escola pesquisada, buscou, de forma coletiva por meio de estudos científicos baseados no bilinguismo e no movimento de inclusão e em análises das experiências vivenciadas, construir um ambiente inclusivo.

Palavras chave

Processo de inclusão; alunos surdos; condições organizadas; ensino fundamental.

Introdução

Este trabalho apresenta análises parciais dos dados da pesquisa: Análise do processo de inclusão de alunos surdos em uma escola municipal de Arapongas (Meserlian, 2009). Em específico, apresentaremos as análises sobre as condições organizacionais que a escola pesquisada disponibilizou para propiciar o processo de inclusão dos alunos surdos, sobretudo os aspectos referentes à gestão escolar. Sabemos que, para uma escola tornar-se inclusiva, é necessário que:

o princípio da inclusão permeie todos os âmbitos da vida escolar. Isto quer dizer que a implementação do processo para o desenvolvimento de escolas inclusivas não se restringe a uma pessoa, a um cargo ou a apenas a uma tarefa ou ação, mas situa-se no âmago do trabalho da escola como num todo e constitui o elemento central do planejamento escolar (Brasil, 2005^a, p. 112).

Booth e Ainscow (2000) também consideram que um dos elementos essenciais para tornar uma escola inclusiva é a sua política, que pode ser representada pela sua capacidade para ampliar possibilidades de responder à diversidade, o que implica mudanças nas suas condições físicas, estruturais e pedagógicas.

Em se tratando do processo de inclusão educacional de alunos surdos, atualmente em nosso país convivemos com duas tendências, quais sejam: a que prevê a inclusão dos alunos surdos desde o início de seu processo de escolarização, apresentada em alguns documentos divulgados pela Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (SEEP/MEC) (Damázio, 2007); a defendida por comunidades surdas e alguns especialistas da área, a qual considera que o processo de inclusão é inviável para alunos surdos e que, caso ocorra, este deve se dar nos anos finais do nível fundamental II. Antes deste nível recomendam que tais alunos tenham sua escolaridade junto aos seus iguais em salas específicas para alunos surdos, ou em escolas especiais. Quadros (2003, p. 87) expõe os argumentos que advogam a favor desta tendência:

Nas propostas de inclusão, se observa a submissão/opressão dos surdos ao processo educacional ouvinte nas propostas integracionistas. Inicia-se no condicionamento de todo o processo educacional ao ensino do português até a descaracterização completa do ser surdo. [...] Assim, os alunos surdos são constantemente expostos ao fracasso tendo como causa a sua própria condição (não ouvir) e não as condições reproduzidas pelo sistema. A conseqüência dessa tentativa de homogeneização é o fracasso, não só acadêmico, mas na formação de pessoas com problemas sérios de ordem pessoal, social, cultural e política.

Estas análises partem da premissa segundo a qual o aluno surdo inserido em classe comum irá encontrar um contexto escolar que não respeita sua singularidade, a utilização da língua de sinais que, no caso do Brasil, é a Libras e sua forma de aprender essencialmente visual. Tal fato vem sendo comprovado por pesquisas já realizadas em contextos de escolas regulares que acolheram alunos surdos, tais como a de Souza (2000), Dorziat (2004a) e Tenor (2008).

Outro forte argumento a favor desta tendência é a necessidade da convivência entre alunos surdos, apontada por Perlin (1998, p.54) que explicita claramente isto, comentando: "O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como abrir o baú que guarda os adornos que faltam ao personagem". Caso alunos surdos sejam incluídos em classes comuns desde o início de sua escolarização no ensino regular, este encontro pode não ocorrer, pois muitas vezes temos um único aluno surdo em determinada classe, fato que o expõe constantemente ao contato com a língua oral que não é a sua.

Uma outra condição geralmente observada em contextos inclusivos e que não é adequada para favorecer o processo de aprendizagem dos alunos surdos é a forma como os professores ainda são orientados para atendê-los. As orientações recebidas, muitas vezes são baseadas nos pressupostos do oralismo, que consiste em: explicar a matéria de frente para o aluno, usar frases curtas, falar apenas quando a criança estiver olhando para o professor e outras (Baptista, 2008).

Cabe destacar que o oralismo se constituiu uma filosofia educacional mais difundida até meados dos anos 1960, que pressupunha a aprendizagem da fala e da leitura labial pelo surdo, proposta inviável para a maioria deles. Muito embora ela tenha ainda adeptos, diversas pesquisas comprovaram sua ineficácia para promover a aprendizagem e a participação de alunos surdos, e o resultado são indivíduos pouco preparados para o convívio social (Lacerda, 1998; Reily, 2006).

Outra condição também erroneamente considerada pelos professores como suficiente para o processo de aprendizagem dos alunos surdos é a presença de um profissional intérprete de língua de sinais em sala de aula. Os professores criam a expectativa de que este profissional seja o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, desconsiderando o real papel do intérprete que é o de mediar o processo de comunicação dos alunos surdos com os demais indivíduos no contexto escolar. De fato, a presença de um intérprete é fundamental nos processos de escolarização dos alunos surdos em todos os níveis de ensino, mas não é condição suficiente (Lacerda, 2009).

Dessa forma concordamos com Baptista (2008) que a educação de alunos surdos nas escolas regulares vem ocorrendo de modo inadequado, gerando o

isolamento desses alunos e o conseqüente fracasso em seu processo de aprendizagem. É, portanto, importante repensar esse processo e reiniciá-lo.

Em vistas das análises realizadas, este artigo apresenta uma experiência de inclusão de alunos surdos nos anos iniciais do ensino fundamental, que tomou como base para sua organização as críticas e falhas já apontadas nas pesquisas citadas, assim como várias sugestões para facilitar o processo de participação e aprendizagem acadêmica dos referidos alunos apresentadas pelos pesquisadores da área, especialmente as orientações derivadas da filosofia educacional denominada bilinguismo e do movimento de inclusão escolar.

Segundo Oliveira (2001, p.6), tem-se a partir dos anos 1990, a divulgação de “uma nova filosofia educacional que apreende a língua de sinais na sua forma genuína, é o chamado Bilinguismo” que:

tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilingue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país. [...]. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez (Goldfeld 1997, p.38).

Esta proposta teve como suporte as deficiências observadas na utilização da filosofia do oralismo para garantir uma educação de qualidade para alunos surdos (Oliveira, 2001).

Lacerda (1998, p.75) explicita que o bilinguismo propõe “que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário”, sendo a língua de sinais mais adequada à pessoa surda, devido à utilização do canal visogestual. Considera ainda que a exposição à língua de sinais deva ocorrer o mais precocemente possível, para que as crianças surdas possam aprender “a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar”. Além disso, esta filosofia educacional prevê que a língua de sinais para os surdos servirá de base para aprendizagem de outras línguas, tornando-se bilingue. Esta proposta educacional impõe o respeito à língua de sinais pela comunidade ouvinte, levando muitos países, por exemplo, o Brasil, a reconhecer a língua de sinais, que no nosso país é a Libras como língua oficial, bem como tornar obrigatória a inclusão de uma disciplina sobre a Libras nos currículos de formação de professores e de Fonoaudiologia, determinações que foram dispostas na Lei 10.436, publicada em 2002 (Brasil 2002) e reafirmadas e explicitadas no Decreto nº 5.6.26 publicado em 2005 (Brasil, 2005b).

Como a escola pesquisada desenvolvia um projeto específico de inclusão de alunos surdos, estabelecemos o objetivo de analisar as condições que foram implementadas para o desenvolvimento de tal projeto. Este estudo se justifica pelo fato de que o projeto em questão foi organizado com o compromisso

de promover um contexto de convivência escolar que propiciasse o respeito às diferenças entre surdos e ouvintes e a forma que cada um tem de perceber o mundo e aprender.

Método

Este estudo apresenta as características de uma pesquisa descritiva com análises essencialmente qualitativas, realizada por meio de estudo de caso. Para atender o objetivo proposto, a coleta dos dados ocorreu por meio de análise documental e pesquisa participante. Os documentos pesquisados foram: Projeto Político Pedagógico, Projeto de Inclusão de Alunos Surdos e o registro do desempenho acadêmico dos alunos. Além disso, contou com os dados registrados no diário de campo organizados a partir de observações realizadas pela pesquisadora nas salas de aula e nos diversos espaços escolares.

Descrição do local da pesquisa: a Escola pesquisada localiza-se no centro da cidade de Arapongas situada na região norte do estado do Paraná - Brasil. Na época da coleta dos dados, ano de 2008, atendia 394 alunos, entre eles 11 alunos surdos matriculados nas diversas séries correspondentes ao ensino fundamental I (1º ao 5º ano), 10 dos quais apresentavam surdez profunda e 1, surdez moderada. A Escola contava com uma equipe composta por: 1 diretora (pesquisadora), 1 secretária, 2 supervisoras, 8 funcionárias, 28 professoras habilitadas em cursos de graduação e pós-graduação na área da Educação, a maioria com graduação em Pedagogia ou Letras, havendo 78% concluído pós-graduação em Educação Especial: área da Surdez.

Resultados e Discussão

Pela análise dos documentos e observações dos diversos contextos escolares, obtivemos dados referentes ao processo histórico de adaptação e organização dos recursos para atendimento dos alunos surdos implementados na Escola. Constatamos que as condições foram disponibilizadas à medida que as necessidades educacionais especiais dos alunos surdos foram sendo identificadas e os professores foram descobrindo os procedimentos indicados pela literatura para favorecer o processo de aprendizagem e participação dos alunos surdos em contextos inclusivos por meio de estudos realizados em grupo na Escola ou/ou em curso de especialização e/ou mestrado na área. Destacamos ainda o fato de que este processo foi, desde o seu início, alvo de estudos e análises, visto que a pesquisadora era também a diretora da escola e propôs como projeto de seu mestrado analisar o desenvolvimento do projeto de inclusão de alunos surdos que estava sendo desenvolvido na Escola pesquisada. Isso possibilitou à

comunidade escolar, particularmente aos professores e equipe gestora da Escola, a percepção da importância de estudar as especificidades do aluno surdo e o seu processo de inclusão, assim como refletir constantemente sobre a experiência vivenciada. Como bem comenta Frazão de Souza (2007, p.8) a

Direção e Coordenação Pedagógica - que têm a responsabilidade de orquestrar a escola nas esferas administrativas e pedagógicas, articulando seus recursos materiais, físicos e humanos para o sucesso na aprendizagem e participação de todos os alunos. [...] O alcance pedagógico da Gestão deve estar presente no estabelecimento de políticas, no planejamento e na avaliação; na articulação com a comunidade escolar; na destinação e alocação de recursos; no estabelecimento de prioridades; no respeito à liberdade e individualidade; na defesa dos interesses do coletivo escolar e na defesa das necessidades das crianças e dos jovens.

Os dados dispostos nas categorias apresentadas, a seguir, descrevem as características e as condições organizadas na Escola desde a matrícula dos alunos surdos, em 2006, até a finalização da coleta dos dados, em dezembro de 2008. Como foram identificadas condições específicas e diferenciadas, estas foram organizadas em 4 categorias.

1 - Organização de um ambiente bilíngue para inclusão dos alunos surdos.

Entendemos que, para o aluno surdo ser acolhido pelas escolas, estas devem "dar especial atenção aos problemas que estão por trás tanto do "fracasso" de seu abandono das salas de aula quanto do "êxito" de sua permanência nela" (Góes & Tartuci, 2002, p.118). Um destes aspectos é a comunicação que se estabelece entre os alunos surdos e a comunidade ouvinte: os demais alunos sem deficiência, os professores e funcionários. Sendo assim, medidas que favoreçam o processo de interação entre surdos e ouvintes são imprescindíveis para possibilitar o processo de inclusão. Sobre a importância da aprendizagem da Libras, Dorziat (2004^a, p.83) comenta que, em se tratando de inclusão, "a valorização da língua de sinais para os surdos é [...] uma das questões essenciais, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas".

Verificamos, por meio de avaliações clínicas, que os alunos surdos matriculados na escola em 2006 apresentavam surdez profunda. Considerando esta condição a aprendizagem da Libras passou a ser em um objetivo fundamental para favorecer a aprendizagem desses alunos, especialmente porque tínhamos, como pressupostos educacionais adequados para o aluno surdo, os derivados do bilinguismo.

Sabíamos que, para favorecer o processo de aprendizagem e participação dos alunos surdos, seria necessário propiciar-lhes experiências de utilização

da língua de sinais e, para isso, tornava-se necessário que no contexto de convivência dos referidos alunos houvesse pessoas que dominassem a Libras. Sendo assim, observou-se a necessidade de prover condições para que tanto os alunos que ainda não dominavam a Libras, a aprendessem e os que já a dominavam nela se aprimorassem, quanto a comunidade escolar também a pudesse aprender. Este processo se desenvolveu da seguinte forma: no primeiro semestre de 2006, havia somente duas especialistas na área da surdez, na escola, as quais apoiavam os alunos surdos matriculados nas séries iniciais do ensino regular utilizando a Libras como meio de comunicação. As duas professoras de apoio se revezavam no atendimento desses alunos, atendendo em alguns momentos, simultaneamente, até três alunos. Diante dessa situação, a escola começou a se preocupar com a capacitação de seus profissionais, disponibilizando, no segundo semestre do ano de 2006, um curso de Libras para as professoras regentes e funcionárias que tivessem interesse e disponibilidade de tempo, visto que as aulas de Libras eram realizadas das 17h às 19h. Esta iniciativa foi financiada pela Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba. Nessa ocasião, 80% de professoras e funcionárias da Escola realizaram o curso, fato que as auxiliou na preparação para atuarem junto aos alunos surdos.

Em 2006 ainda, no segundo semestre, a escola recebeu mais duas professoras do município, que estavam cursando Libras, para apoiarem os alunos surdos na sala de aula, juntamente com a professora regente.

No decorrer do ano de 2006 e 2007, de modo geral, as professoras além de frequentar o curso de Libras, cursaram especialização em Educação Especial na perspectiva inclusiva. Nesse curso trabalharam-se de modo geral, as várias categorias de deficiência. Também participaram de grupos de estudos com temas atuais sobre a inclusão, ofertados pela Secretaria Municipal, que ocorriam na própria Escola, após o horário de trabalho.

No ano de 2008, aproximadamente 78% de professores da Escola realizaram curso de pós-graduação em Educação Especial: Área da Surdez, contribuindo para despertar o interesse das professoras, que ainda não trabalhavam com os alunos surdos, bem como para ampliar os conhecimentos daquelas que já trabalhavam com eles. Nesse mesmo ano, a Escola conseguiu contratar uma professora surda para ensinar Libras aos alunos surdos. Essa contratação possibilitou, além disso a manutenção de cursos de Libras para todos os professores e funcionários, e orientações específicas sobre procedimentos de ensino adequados para promover a aprendizagem de alunos surdos, bem como a verificação da qualidade das comunicações em Libras ocorridas entre professores regentes, intérpretes e alunos surdos e ouvintes. Como bem analisa Machado (2005, p.15):

Não basta a participação de um professor surdo para que desenvolva, em horários alternados, atividades com o aluno. O ingresso de professores surdos na comunidade educativa tornar-se-á imprescindível nas tomadas de decisões que envolvam estruturação e implementação curricular, bem como no debate com relação às questões da gestão de políticas educacionais para surdos. É através da intervenção do professor surdo, considerado como adulto competente lingüística e culturalmente, que será criado um espaço possível de aprendizado compartilhado, tendo como instrumento uma identidade de comunidade.

Outra medida foi a inserção de uma disciplina de Libras na grade curricular de todas as séries, no ano de 2008, ministrada por uma Instrutora de Libras ouvinte. Esta iniciativa teve como objetivo garantir que os alunos ouvintes também aprendessem a se comunicar com seus colegas surdos. De acordo com as orientações da SEEP/MEC (Damázio, 2007, p.17) a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, deve garantir uma educação bilíngue para todos, de modo que se desenvolvam na escola "o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola". Esse documento, mostra, portanto, a importância do ensino de Libras para alunos ouvintes em escolas que tiverem surdos matriculados. Além disso, tomamos como base o fato de que a educação inclusiva tem como princípio que:

os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (Brasil, 2007, p.12).

Em 2008, período de realização da coleta dos dados, os alunos surdos já contavam com professores de apoio que dominavam Libras e atuavam de forma colaborativa com as professoras regentes que, em sua maioria, nessa época, também, dominavam Libras. Os professores denominados de apoio, nesta escola, não restringiam as suas atividades a interpretar as falas do professor regente para alunos surdos, também orientavam seu processo de aprendizagem em sala de aula. Além disso, planejavam as aulas em conjunto com o professor regente e organizavam previamente os recursos imagéticos que facultavam aos alunos surdos compreender os conteúdos. Este planejamento conjunto ocorria, duas vezes por semana durante duas horas aulas, principalmente nos horários previstos como hora atividade dos professores, que eram coincidentes.

Estas iniciativas de capacitação de seus funcionários, professores e alunos evidenciam que a escola buscou preparar-se para desenvolver uma comunicação satisfatória com os alunos surdos, com o objetivo de que estes tivessem a experiência

de uma educação bilingue. Corroborando estes dados, os resultados das pesquisas realizadas por Buffa (2002), Dorziat (2004b), Lacerda (2007) e Tenor (2008), evidenciaram o quanto o fato do aluno surdo se comunicar com a comunidade escolar utilizando a Libras é importante, visto que consideraram a carência de oportunidades de interações desses alunos no contexto da escola regular como um dos fatores que contribui significativamente para as dificuldades de acompanhamento dos conteúdos acadêmicos e participação efetiva em sala de aula.

Constatamos, também, que a Escola organizou progressivamente o atendimento educacional especializado para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos surdos no contraturno. Em razão da importância desse atendimento e da sua especificidade, a seguir apresentaremos sua descrição compondo a segunda categoria de análise.

2 - Análise da organização dos atendimentos educacionais especializados oferecidos aos alunos surdos.

O atendimento educacional especializado, de acordo com a SEEP/MEC:

identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2007, p.10).

Como havia a necessidade de apoios complementares para favorecer a aprendizagem dos alunos surdos, a escola oferecia atendimento educacional especializado referente ao ensino da Libras no contraturno, ministrado por uma professora surda, três vezes por semana, durante uma hora e meia, e na sequência era oferecido o ensino da língua portuguesa escrita, ministrado por uma professora da área de Letras, três vezes por semana, durante uma hora e meia. As aulas de Libras e de Língua Portuguesa eram oferecidas no mesmo dia, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os docentes e o transporte dos alunos.

Especialmente para os alunos matriculados nos 1º e 2º anos, os atendimentos foram fundamentais, pois, em sua maioria, eles entraram no primeiro ano sem domínio de nenhuma língua, e comunicavam-se com poucos sinais, muitos deles desenvolvidos junto aos seus familiares. Verificamos que resultados semelhantes a estes também foram apresentados por Lacerda e Lodi (2007) ao descreverem o desenvolvimento de um projeto de inclusão de alunos surdos na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Tais pesquisadoras relataram que

os alunos surdos, no período inverso ao que estavam em aulas na classe comum, participavam de oficinas de Libras, considerando que a maioria chegou “à escola sem ter tido contato anterior com a Libras ou com experiências restritas nesta língua em seu ambiente familiar e social” (Lacerda & Lodi, 2007, p.3).

A organização desses atendimentos foi respaldada por orientações emanadas da SEEP/MEC (Damázio, 2007, p.25) que recomendam que os atendimentos educacionais especializados para os alunos surdos sejam organizados em 3 momentos:

- Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo.
- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez.
- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos.

Como era disponibilizado um professor que tinha a função de apoiar o processo de aprendizagem dos alunos surdos, optou-se pelos atendimentos especializados referentes a Libras e ao português escrito.

Outra condição, na qual a Escola investiu para favorecer a aprendizagem dos alunos surdos foi a organização de materiais pedagógicos, levando-se em conta a sua relevância no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo como meio de facilitar a compreensão dos alunos acerca dos conteúdos trabalhados.

A seguir, apresentaremos algumas análises e exemplos de materiais pedagógicos elaborados pela equipe pedagógica da Escola e também por ela adquiridos, com intuito de contribuir para a aprendizagem dos alunos.

3 - Análise dos materiais pedagógicos disponíveis na Escola para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Segundo recomendações da SEEP/MEC para favorecer a aprendizagem dos alunos surdos os professores devem utilizar, constantemente recursos visuais de comunicação que sirvam de apoio à informação transmitida (desenho, leitura, vídeo, cartaz, etc.). Com base em tais orientações as supervisoras da Escola organizaram, em 2007, um projeto referente a jogos pedagógicos. Para isso confeccionaram e compraram alguns jogos e orientaram as professoras sobre a possibilidade de organizar situações de aprendizagem com a utilização de jogos

e brincadeiras, com o objetivo de levar os alunos a auferir conceitos básicos das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa.

A organização deste projeto presumiu que tais recursos auxiliassem os alunos na compreensão e interpretação dos conteúdos propostos, especialmente pelo fato de conterem ilustrações e objetos concretos e consistir na realização de atividades lúdicas. Além disso, considerava-se que, para facilitar o trabalho cooperativo e o contato entre os membros do grupo, devem ser utilizadas formas de organização que enfatizem os recursos comunicativos visuais, manuais ou simbólicos, a experiência direta, a observação, a exploração e a descoberta.

A seguir, apresentaremos por meio das figuras (1 e 2), alguns desses materiais pedagógicos confeccionados.



Figura 1:
Jogos pedagógicos de Matemática (1)



Figura 2:
Jogos pedagógicos de Matemática (2).

Além desses jogos confeccionados, a Escola também adquiriu vários materiais pedagógicos, a seguir, serão ilustrados alguns deles nas figuras (3 e 4).



Figura 3: Fantoches de animais.



Figura 4: Aventais com dedoches variados.

Também foram adquiridos materiais pedagógicos em Libras, com atividades de matemática e da língua portuguesa. Alguns desses materiais são mostrados nas figuras (5, 6 e 7).



Figura 5: Cadernos de vocabulário.



Figura 6: Domolibras.



Figura 7: Livros de histórias infantis em Libras e na Língua Portuguesa.

Como vimos, por meio das ilustrações apresentadas, a Escola tinha vários recursos pedagógicos à disposição para utilização diária dos professores, alguns deles mais específicos para o ensino de Libras e outros que enriqueceram a rotina de aprendizagem de todos os alunos indistintamente.

Com a utilização desses materiais pedagógicos, as professoras perceberam que as aulas se tornaram muito mais atrativas e dinâmicas. Constatamos que a qualidade do ensino melhorou com o uso constante de materiais pedagógicos variados em sala de aula, os quais contribuíram para o desempenho acadêmico de todos os alunos surdos e ouvintes. Como prova deste fato, há registos que revelaram que esta Escola, por três anos consecutivos (2006 a 2008), foi avaliada

como Escola Destaque, em uma pesquisa de opinião pública, realizada pelo Rotary Club de Arapongas.

Concordamos que a “construção de uma escola inclusiva implica transformações no contexto educacional: transformações de idéias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico” (Brasil, 2004, p.8-9).

Outro aspecto, referente à organização da Escola destacada nesta pesquisa, foi o texto do Projeto Político Pedagógico da Escola reestruturado em 2007, justamente para comportar as mudanças que ela estava vivenciando a partir da implantação do Projeto de Inclusão dos Alunos Surdos. A seguir serão apresentadas as análises da categoria específica, relativa ao Projeto Político Pedagógico da Escola.

4 - Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola em relação ao processo de inclusão dos alunos surdos.

Por ocorrerem tantas mudanças educacionais nesta Escola, o Projeto Político Pedagógico foi reformulado, garantindo-se a aprovação da implementação de vários objetivos específicos, dentre os quais podemos citar alguns, sobretudo os que visam favorecer o Processo de Inclusão dos Alunos Surdos. Apresentamos a seguir alguns trechos que ilustram o compromisso da Escola com o processo de inclusão dos alunos surdos.

1. Desenvolver, na Escola, um ambiente inclusivo, criando um espaço participativo, capaz de aperfeiçoar continuamente a qualidade do Ensino, respeitando a individualidade e os limites dos educando com necessidades especiais.
2. Divulgar entre os alunos, futuros cidadãos, a produção de conhecimentos como: atitudes e valores perante conceitos que trabalhem a fraternidade e partilha, sem as barreiras do preconceito e da discriminação.
3. Desenvolver, continuamente, ações concretas, capacitação e novos conhecimentos, tornando a Escola bilíngüe, visando à plena formação do aluno surdo.
4. Reconhecer a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua oficial do surdo, promovendo, assim, qualidade e sucesso no processo ensino-aprendizagem.
5. Buscar meios e apoios necessários à Escola, para ter, em seu quadro docente, profissionais preparados e especializados na Área da Surdez.
6. Oportunizar diferentes situações que informem a comunidade escolar (alunos, profissionais e familiares) sobre a surdez e suas implicações para o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas surdas.

7. Divulgar na comunidade escolar, especificidades culturais das comunidades surdas, relacionadas a sua produção lingüística, literária, artística, (teatro, pintura, esculturas) e tecnológica.
8. Viabilizar a presença de adultos surdos na Escola, por meio de relações formais ou informais, entre a Escola e Associação de Surdos ou outras referencias comunitárias, favorecendo a experiências comunitárias, a experiência bilíngüe e as trocas culturais.
9. Assegurar o desenvolvimento da proposta de educação bilíngüe para surdos – Libras e Língua Portuguesa, entre a faixa etária de 0 a 6 anos.
10. Viabilizar a contratação de professores surdos, para atuar na escola, docentes de Libras, favorecendo a formação de um ambiente bilíngüe.
11. Oferecer apoio pedagógico especializado adequado às necessidades dos alunos surdos: profissional especialista na Área de Surdez para o ensino de Libras/Língua Portuguesa; instrutores surdos de Libras; especialistas na Área de Surdez; psicólogos; e fonoaudiólogos, entre outros.
12. Assegurar a flexibilização curricular, de modo a contemplar as necessidades lingüísticas diferenciadas dos alunos, destacando-se o ensino e a avaliação diferenciada em Língua Portuguesa como a segunda língua.
13. Flexibilizar os critérios de avaliação nas diferentes áreas de conhecimento, com ênfase à Língua Portuguesa, valorizando o conteúdo apresentado, ainda que a escrita não corresponda ao padrão exigido para o nível/série em que o aluno se encontra matriculado (palavras inadequadas, omissão ou trocas no uso de elementos de ligação, verbos...), decorrentes da interferência da Libras, ou da pouca fluência em Língua Portuguesa (Núcleo Regional de Educação de Apucarana, 2008, pp.15-16).

Nota-se que o redimensionamento dos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico da Escola possibilitou que, graças às condições organizadas pela Escola, se promovesse a inclusão dos alunos surdos, ao mesmo tempo que ocorria esta reformulação em decorrência das necessidades que foram aparecendo na implantação do projeto de Inclusão dos Alunos Surdos em curso. Esperamos que a constituição do Projeto Pedagógico da Escola contemplando os objetivos acima descritos, acompanhados de reflexões constantes por parte comunidade escolar permitam o seu aprimoramento teórico e prático, assim como o sucesso de processo de inclusão almejado.

Esta experiência fez refletir que para promover a inclusão dos alunos surdos é necessário:

implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais

do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos (Damázio, 2007, p.14).

Considerações finais

Com este estudo verificamos que a Escola em foco, desde 2006, vem buscando efetivar a inclusão dos alunos surdos desenvolvendo diversas ações, destacando-se o fato de que essas foram construídas e desenvolvidas coletivamente, de modo contínuo, graças à compreensão da comunidade escolar que entendeu que o processo de inclusão dos referidos alunos requer mudanças no contexto escolar, baseadas no contato com os próprios alunos, em estudo, e realização de pesquisas e reflexões.

Tomando como base os objetivos propostos e a metodologia utilizada para coleta dos dados identificamos que a Escola pesquisada demonstrou estar organizando um ambiente inclusivo para os alunos surdos, respeitando as suas diferenças e reestruturando-se para atender a esses alunos com responsabilidade, oferecendo-lhes um ambiente bilíngue e recursos visuais para favorecer a compreensão dos conteúdos. Como vimos, o Projeto Político Pedagógico foi redimensionado em sua totalidade, garantindo: a realização de pós-graduação na área da surdez para os professores; curso de Libras para todos os profissionais atuantes na Escola; aulas de Libras para alunos ouvintes; contratação de uma professora surda e de uma instrutora de Libras; ampliação dos recursos pedagógicos, com destaque para os recursos visuais; implantação de atendimentos educacionais especializados nas áreas de língua portuguesa escrita e Libras para os alunos surdos no contraturno. Vale salientar que além dessas condições, outras também foram identificadas, tais como: mudanças nas práticas pedagógicas dos professores, bem como em suas atitudes frente aos alunos surdos, aspectos que não foram aqui analisados, em razão de focalizarmos os aspectos relacionados à gestão escolar.

Dentre todas estas condições organizadas pela Escola para favorecer o processo de inclusão dos alunos surdos destacamos uma que, segundo nossa interpretação, foi fundamental, a saber: as ações que visaram garantir a aprendizagem da Libras por toda comunidade escolar. Foi interessante perceber que desde o início houve investimentos para favorecer a aprendizagem da Libras por todos os professores, funcionários e alunos, com o intuito de tornar a Escola um espaço bilíngue real, no qual os alunos surdos pudessem se comunicar com todos em sua própria língua, a Libras.

Referências bibliográficas

- Baptista, J. (2008). *Os surdos na escola: a exclusão pela inclusão*. Vila Nova de Gaia, Portugal: Editora Fundação Manoel Leão.
- Booth, T. & Ainscow, M. (2000). *Desarrollando el aprendizaje y la participación en las escuelas*. UNESCO.
- Buffa, M. (2002). *A inclusão da criança deficiente auditiva no ensino regular: uma visão do professor de classe comum*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Ciências, Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo, Bauru.
- Damázio, M. (2007). *Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez*. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, Brasília: MEC/SEESP. [Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf, consultado em 19/06/2008].
- Dorziat, A. (2004a). Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? *CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 2 (24), 77-85.
- Dorziat, A. (2004b). Educação de surdez: o papel do ensino na visão de professor. *Educar*, 23, 87-104.
- Frazão de Souza, L. (2007). *Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Góes, M. & Tartuci, D. (2002). Alunos surdos na escolar regular: as experiências de letramento e os rituais de sala de aula. In A. Lodi et al. (Org.). *Letramento e minorias* (pp. 110-119). Porto Alegre: Mediação.
- Goldfeld, M. (1997). *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista*. São Paulo: Plexus.
- Lacerda, C. (1998) Um pouco de história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cad. CEDES*, 19 (46), 68-80.
- Lacerda, C. (2007). O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13 (2) 257-280.
- Lacerda, C. & Lodi, A. (2007). *A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngüe para alunos surdos*. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Anual da ANPED. [Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT15-2962--Int.pdf>, consultado em 10/09/2009].
- Lacerda, C. (2009). *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação/FAPESP.
- Machado, P. (2005). Movimentos Sociais Surdos e a Educação: tecendo comentários sobre a proposição da abordagem bilíngüe para surdos. *Linhas*, 6 (2). [Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1269/1080>, consultado em 25/11/2010].
- Meserlian, K. (2009) *Análise do processo de inclusão de alunos surdos em uma escola municipal de Arapongas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Londrina.
- Núcleo Regional de Educação de Apucarana (2008). *Projeto político pedagógico da escola Padre Germano de Arapongas*. Apucarana.
- Oliveira, L. (2001) *A escrita do surdo: relação texto e concepção*. Trabalho apresentado na 24ª Reunião Anual Da ANPED. Intelectuais, conhecimento e espaço público. [Disponível em http://www.vigotski.net/anped/2001-GT15_tx05.pdf, consultado em 10/11/2009].
- Perlin, G. (1998). Identidades Surdas. In: C. Skliar (Org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Quadros, R. (2003) Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. *Ponto de Vista*, 5, 81-111.
- Reily, L. (2006). *Escola Inclusiva: Linguagem e mediação*. Campinas: SP: Papyrus.

Souza, R. (2000). Práticas alfabetizadoras e subjetividade. In: C. Lacerda & M. Góes, (orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise.

Tenor, A. (2008). *A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Fonoaudiologia, Universidade Católica de São Paulo.

Referências legislativas

Lei nº10.436/2002, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. [Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>, consultado em 30/05/2010].

Decreto nº5.626/2005, de 22 de dezembro. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, de 24 de abril, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. [Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm, consultado em 30/05/2010].

Web Sites

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpv02.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/educarnadiversidade2006.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Kátia Tavares Merselien

Mestre em Educação.

Coordenadora da área de Educação Especial
na Secretaria de Educação do município de Arapongas – Pr - Brasil
kátia.meserlian@hotmail.com

Celia Regina Vitaliano

Doutora em Educação.

Docente do Departamento de Educação
da Universidade Estadual de Londrina - Pr. - Brasil
creginav@uel.br